FUMCULT
Fundação Municipal de Cultura Lazer e Turismo

0 0003

COMUNICAÇÃO INTERNA

DE: Lana Mércia Brazil Duarte Dias de Castro — Diretor-Presidente da FUMCULT
PARA: Geraldo Sebastião de Andrade — Setor de Contratos e Licitações
DATA: 05 de novembro de 2024

Favor tomar as providências cabíveis, através do Setor de Contratos e Licitações, cujo objeto é a contratação de empresa, através da prestação de serviços, para a apresentação de um espetáculo musical, intitulado: "Benção em Vida", com a cantora "Sílvia Gomes", a ser realizado no dia 13 de novembro de 2024 (quarta-feira), a partir das 19:00 horas, no Anfiteatro do Museu de Congonhas, situado à Alameda Cidade Matosinhos de Portugal, nº 77, Bairro Basílica, Congonhas – MG, dentro do evento denominado: "Quartas Culturais", para atender a FUMCULT, conforme Comunicação Interna, de 05/11/2024,enviada pela Diretora-Presidente da FUMCULT, Lana Mércia Brazil Duarte Dias de Castro, ao Setor de Contratos e Licitações; Documento de Oficialização da Demanda, Justificativa, Proposta Comercial, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e Documentação, em anexo.

Embasamento Legal, em conformidade com o inciso II, do Artigo 74 da Lei 14.133/2021.

Dessa forma, a Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo – FUMCULT, através de sua Diretora-Presidente, AUTORIZA a abertura do processo, conforme requerido.

Congonhas, 05 de novembro de 2024

Lana Mércia Brazil Duarte Dias de Castro
Diretora-Presidente da FUMCULT

Alameda Cidade Matosinhos de Portugal, nº. 153 – Basílica – CEP: 36415-000 – Congonhas – MG
CNPJ: 19.141.308/0001-85 – Insc. Estadual: Isenta - Fone: (31) 3731-3314 – Telefax: 3731-1033
E-mail: fumcult@yahoo.com.br

JUSTIFICATIVA

1-DO PREÂMBULO

1.1-A Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo – FUMCULT, justifica o presente processo de Inexigibilidade de Licitação para a apresentação de um espetáculo musical,intitulado: "Benção em Vida", com a cantora "Sílvia Gomes", a ser realizado no dia 13 de novembro de 2024 (quarta-feira), a partir das 19:00 horas, no Anfiteatro do Museu de Congonhas, situado à Alameda Cidade Matosinhos de Portugal, nº 77, Bairro Basílica, Congonhas – MG, dentro do evento denominado: "Quartas Culturais", para atender a FUMCULT, diante das condições e do fundamento legal expressos no presente instrumento.

1.2- Excepcionalmente, poderá, em decorrência do período chuvoso, o espetáculo ser transferido para a parte interna do Museu de Congonhas, bem como ser agendada nova data para a apresentação do espetáculo musical, desde que acordado entre as partes.

2-DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1- O presente expediente encontra fundamentação legal no art. 74, inciso II, da Lei Federal Nº 14.133/2021, que dispõe:

II – contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

3-DA CONSAGRAÇÃO PELA MÍDIA ESPECIALIZADA E PELA OPINIÃO PÚBLICA

3.1-O questionamento acerca das contratações públicas decorrentes da inexigibilidade de licitação sempre foi um dos temas mais controversos, independentemente da capitulação e critérios legais eleitos pela Administração Pública. Logo, contratar diretamente, sem o ordinário processo de disputa, pode estimular francas insinuações quanto à saudável isonomia, ínsita às contratações efetivadas no cortejo que é alheio à iniciativa privada.

3.2-Dentre tantas hipóteses (não exaustivas) encontráveis no corpo normativo regente da matéria, o artigo 74, II, da Lei nº 14.133/2021 vem ocasionando os mais acalorados debates, notadamente em face das contundentes indeterminações dos termos propositalmente utilizados pelo legislador.

3.3-Certo é que, dos termos do previsto em lei, a inexigibilidade ocorre quando inviável a competição, tal como descrito no caput do dispositivo legal acima mencionado. Ao enumerar, sem terminação, as hipóteses encontráveis nos incisos, diz a norma ser inexigível a licitação para "contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela mídia especializada ou pela opinião pública".

3.4-Primeiramente, não há como negar que persiste uma dúvida sobre alguns conceitos – manifestamente indeterminados – previstos no mencionado dispositivo legal. Isso porque, face à dimensão territorial do país, a diversidade cultural é espaçosa e dilatada, não sendo incomum um profissional do setor artístico ser, por exemplo, consagrado no Nordeste e, ao mesmo tempo, completamente desconhecido no Sul do Brasil. Tratam-se de culturas, gostos, peculiaridades e idiossincrasias próprios de cada região.

3.5-Para além da multifacetada e proveitosa heterogeneidade cultural brasileira, ainda assim o legislador faz referência a duas expressões igualmente complexas e amiúde controversas, senão polêmicas, ao se utilizar dos termos "mídia especializada" e "opinião pública".

3.6-Como se tratam de conceitos imprecisos e inconstantes, inteiramente mutáveis ao sabor do tempo e do espaço (Brasil) é quase impossível asseverar que um artista é mais ou menos consagrado, porque a opinião pública varia e, com ela, alteram-se os gostos e preferências, o que é correlativo à natureza humana.

3.7-Quando se trata de iniciativa privada, o próprio público é o mais fiel referencial para atestar ou não a qualidade do artista. Logo, a reprovação ou aprovação se reduz a aspectos econômicos, sendo suficiente a aderência à compra de ingressos em eventos promovidos por particularidades.

3.8-Por outro lado, em se tratando de Administração Pública, a problemática desponta sob os mais variados vieses, seja porque a escolha, por si só, já é confusa, dependendo da veleidade e da volição de quem seleciona, seja porque não existe qualquer critério objetivo que possa mensurar, firmemente, o que deve ser entendido por opinião pública ou, lado outro, mídia especializada.

3.9-Na verdade, nem mesmo no contexto da Lei nº 8.666, ainda no ano de 1993, era praticamente impossível assegurar, com maestria terminante e definitiva, os mesmos conceitos atualmente repetidos na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Atualmente, a questão ainda é mais embaraçada, em decorrência, principalmente, dos avanços e dispersão artísticos proporcionados pelas redes sociais.

3.10-Do exposto, verificam-se diversos critérios objetivos que podem ser utilizados pelos gestores públicos a fim de comprovar a consagração do artista e, consequentemente, a contratação direta mediante inexigibilidade de licitação. Contudo, a relação supramencionada não descarta a existência de outros elementos capazes de demonstrar a notoriedade do profissional do setor artístico, como: - apresentação de curriculum dos profissionais (Tribunal de Contas do Distrito Federal); - recortes de jornais, revistas, etc. (Tribunal de Contas do Distrito Federal); - recortes de matérias jornalísticas e da crítica especializada de consagração pela opinião pública local, regional ou nacional Tribunal de Contas dos

Municípios da Bahia); - número de vendas, downloads ou qualquer outra forma identificável de consumo de músicas, álbuns, peças e demais produtos de arte, números e valores de shows, ingressos vendidos, quantidade de seguidores e fãs identificados nas redes sociais, mídias alternativas e convencionais, e a existência de fã-clubes (Tribunal de Contas do Estado do Paraná) e; - averiguação de elementos que compõem o seu histórico de trabalho, tais como a regularidade de shows significativos apresentados (Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais).

4-DA JUSTIFICATIVA

4.1-A presente prestação de serviços tem por objetivo a apresentação de um espetáculo musical, intitulado: "Benção em Vida", com a cantora "Sílvia Gomes", dentro do evento denominado: "Quartas Culturais", no Anfiteatro do Museu de Congonhas, para atender a FUMCULT.

4.2- Excepcionalmente, poderá, em decorrência do período chuvoso, o espetáculo ser transferido para a parte interna do Museu de Congonhas, bem como ser agendada nova data para a apresentação do espetáculo musical, desde que acordado entre as partes.

4.3- O evento denominado: "Quartas Culturais", idealizado pela FUMCULT já se tornou parte dos eventos culturais da cidade e proporciona momentos em que a comunidade participa intensa e efetivamente. As redes sociais utilizadas pelo Museu de Congonhas tem grande alcance e participação da comunidade e região, sendo que também em contato direto com o público em geral se busca referências de perspectiva ao interesse da plateia quanto às apresentações programadas parem acontecerem no Museu de Congonhas.

4.4-A apresentação do espetáculo musical, intitulado: "Benção em Vida", com a cantora "Sílvia Gomes", junto ao evento denominado: "Quartas Culturais" foi idealizado com o intuito de oferecer ao público um contato mais direto, em momentos intercalados de músicas e de conversas sobre a sua trajetória, contando seus desafios e interagindo totalmente com o público.

4.5- Continuando nessa perspectiva, a proposta é de salientar a identidade do Museu, a arte aliada à educação, à ação cultural, à formação de público, educação patrimonial e à inclusão social. O Museu de Congonhas já tem, tradicionalmente, em sua agenda, as "Quartas Culturais", que tem o objetivo de valorizar a cultura em nossa cidade, com a realização de shows e bate-papos musicais, com compositores, cantores, grupos musicais/bandas e artistas em geral da cultura popular (dança, teatro, música, etc.).

4.6- As Quartas Culturais no Museu de Congonhas já se tornaram uma tradição ao longo dos oito anos da incoação do Museu de Congonhas. Entre shows musicais, espetáculos de dança e apresentações teatrais, várias são as linguagens que construíram essa programação múltipla e plural.

4.7- Os shows e bate-papos musicais fazem parte desta colcha de retalhos e, recebendo artistas de renome nacional, o Museu propõe um dedo de prosa entremeado por música boa, proporcionando uma experiência única para o público e artistas. Um encontro intimista, valorizando a música brasileira e o encontro entre as pessoas.

4.8- O Modernismo Brasileiro propunha a "antropofagia cultural", ou seja, se alimentar de diversas manifestações – sejam elas de qualquer lugar e linguagem – para a partir disso criar algo novo e original. No show "Benção em Vida", Sílvia Gomes celebra o samba em sua essência mais pura. Através de uma performance que mescla dança, lamento e exaltação, a cantora evoca uma conexão com a ancestralidade, transmitindo a resistência e a força das raízes afro-brasileiras.

4.9- Ademais, conforme disposto na Lei Federal Nº 14.133/2021, a realização de eventos custeados com recursos públicos é plenamente justificável nas hipóteses de eventos realizados pelo Município, de incremento de receitas decorrentes de atividades culturais e turísticas ou de interesse público relevante.

4.10- O Município possui todos os instrumentos necessários para fazer valer os direitos de acesso à cultura, pois a Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo – FUMCULT, integrante da Administração Indireta da Prefeitura Municipal de Congonhas-MG, tem papel fundamental para a construção de ideias e execução de projetos que tenham esse viés cultural.

4.11- Nesse sentido, a programação alusiva ao evento denominado: "Quartas Culturais" segue alinhado às diretrizes da FUMCULT, pois promoverá um conjunto de ações para a democratização da arte e da cultura, incentivo ao intercâmbio cultural, além da movimentação da cadeia produtiva da cultura no alcance local e regional, especialmente no que diz respeito à produção e difusão musical, como forma de gerar desenvolvimento social e econômico de forma sustentável e em consonância à diversidade cultural da população brasileira.

4.12- Em conclusão, se tratando de um evento que promove a atividade cultural do Município, observa-se de pronto, que o contrato administrativo oriundo deste instrumento, está devidamente motivado, bem como indicado a expressa finalidade pública a ser atendida.

5-DO OBJETO

5.1-Contratação da empresa Sílvia Cristina Gomes - MEI., inscrita no CNPJ sob o nº 22.682.534/0001-88, sediada à Rua Amarante, nº 61, Bairro São José, no Distrito de Cachoeiro do Campo, Ouro Preto – MG, Cep.:35409-570, para a apresentação de um espetáculo musical, intitulado: "Benção em Vida", com a cantora "Sílvia Gomes", a ser realizado no dia 13 de novembro de 2024 (quarta-feira), a partir das 19:00 horas, no Anfiteatro do Museu de Congonhas, situado à

Alameda Cidade Matosinhos de Portugal, nº 77, Bairro Basílica, Congonhas – MG, dentro do evento denominado: "Quartas Culturais", para atender a FUMCULT.

6-DO VALOR

6.1-A Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo – FUMCULT pagará à CONTRATADA o valor total de R$12.000,00 (doze mil reais).

7-DA JUSTIFICATIVA DO VALOR

7.1-Dada a ausência comparativa e justificativa apresentada, não tem como estabelecer critérios objetivos de competição, em especial no que tange ao preço. Contudo, possível é demonstrar a apresentação da cantora "Sílvia Gomes" em outros eventos, comprovações estas através da apresentação de Notas Fiscais/Faturas, com valores similares ou até superiores ao mesmo objeto apresentado.

8-DA EXECUÇÃO

8.1-Reaizar-se-à no dia 13 de novembro de 2024 (quarta-feira).

9-DO LOCAL

9.1-O espetáculo musical acontecerá no Anfiteatro do Museu de Congonhas, situado à Alameda Cidade Matosinhos de Portugal, nº 77, Bairro Basílica, Congonhas – MG.

10-DO HORÁRIO

10.1-O espetáculo musical terá seu início previsto para as 19:00 horas.

11-DA RAZÃO DA ESCOLHA

11.1- Para a contratação da atração artística, levou-se em consideração os seguintes fatores:

11.1.1- A temática do evento, por se tratar da apresentação de um espetáculo musical ao vivo, alusiva a uma programação do Museu de Congonhas, optou pela seleção de artistas nacionais para atender à demanda da programação;

11.1.2- O repertório é compatível com o público de todas as idades;

11.1.3- A performance é característica para essa finalidade;

11.1.4- Fomentar um benefício econômico-financeiro para a classe dos artistas locais e regionais que precisam ser beneficiados pelo seu trabalho;

11.1.5- Consagração por meio da opinião pública, bem como o alcance social e frequência de realização de apresentações (comprovado por meio de pesquisa em meios digitais, bem como flayers e comprovações);

11.1.6- É de suma importância a inclusão de artistas locais, regionais e nacionais que desenvolvam suas atividades culturais no Município, promovendo desta forma a inserção e a difusão sociocultural dos mesmos, oportunizando e valorizando dessa forma a produção cultural, ofertando assim as possibilidades de alternativas de serviços para os mesmos, contribuindo de forma significativa para a chamada economia de cultura.

11.1.7- Logo, com o objetivo de propiciar o lazer e a informação cultural da comunidade, bem como fomentar a cultura, estimulou-se o acesso a estilos e manifestações culturais, independente ou não de costumes de tradições regionais, optou-se pela contratação da empresa "Sílvia Cristina Gomes – MEI.", para a apresentação de um espetáculo musical com a cantora "Sílvia Gomes", que é de renome regional e nacional e a apresentação harmoniza com a realização do evento denominado: "Quartas Culturais", com o espetáculo musical intitulado: "Benção em Vida".

Congonhas, 06 de novembro de 2024

Priscila Oliveira Magalhães
Supervisora de Área

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA

Setor Requisitante: Museu de Congonhas

Responsável pela Demanda:

Nome – Lana Mércia Brazil Duarte Dias de Castro
Cargo/Função – Diretora-Presidente

1-Justificativa da Necessidade da Contratação da Solução Encontrada, considerando o Planejamento Estratégico:

1.1-A contratação justifica-se pela necessidade do alinhamento entre a contratação e o planejamento, que se encontra respaldada no planejamento do Museu de Congonhas.
1.2-O Museu de Congonhas tem por objetivo o barroco mineiro, em especial o conjunto das obras de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, localizadas no sítio do Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas - MG.
1.3-A proposta museológica do Museu de Congonhas, situado na Alameda Cidade Matosinhos de Portugal, nº 77, Bairro Basílica, Cep.:36414-156 busca aproximar o público do sítio do Santuário e, ao mesmo tempo aprofundar sua relação com o Patrimônio Cultural e Histórico. Estudantes e Turistas são dois públicos prioritários.
1.4-Por sua natureza sacra e tradicional, percebemos um distanciamento do público mais jovem nos últimos anos, que encontra-se em busca de estímulos e experiências que possam ser compartilhados, interativos, e/ou ligados à tecnologia móvel ou de redes sociais. Turistas tendem a não repetir uma visita ao Museu, uma vez que o conteúdo principal já tenha sido visitado.
1.5- Apresenta-se também, como uma das finalidades do Museu de Congonhas, a apresentação de espetáculo-músico-culturais, com o intuito de promover momentos em que a comunidade participe efetivamente dos eventos músico-culturais.
1.6-A Diretora-Presidente da FUMCULT, Lana Mércia Brazil Duarte Dias de Castro, **JUSTIFICA** a escolha do processo de Inexigibilidade de Licitação, de acordo com o art. 74, inciso II da Lei nº 14.133/2021 para a apresentação de um espetáculo musical, considerando: - a necessidade de manter ajustado os procedimentos financeiros aos procedimentos de compras e licitações; - que a empresa Sílvia Cristina Gomes - MEI é exclusiva para a apresentação do espetáculo musical; - que este é um serviço de cunho cultural, artístico e turístico e; - por sua configuração de apresentação é o fornecedor quem determina, unilateralmente, a regulamentação do vínculo estabelecido através de contrato firmado.
1.7-O art. 74, inciso II da Lei nº 14.133/2021, em seu caput define que "É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: II – contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública."
1.8-No que respeita ao requisito da escolha do fornecedor, quer nos parece, salvo melhor juízo, que fica caracterizada a impossibilidade de disputa, visto tratar-se de FORNECEDOR DIRETO E EXCLUSIVO, para a apresentação do espetáculo musical, intitulado: "Benção em Vida", com a cantora "Sílvia Gomes", dentro do evento denominado: "Quartas Culturais", realizado pelo Museu de Congonhas e que, não resta à Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo – FUMCULT, outra alternativa de escolha para a explanação do espetáculo musical.
1.9- A futura contratação se encontra alicerçada no Plano de Contratações Anual 2024 – FUMCULT, no Item da descrição sucinta do objeto: Show/Bate-papo Musical – Quartas Culturais.
1.10- Excepcionalmente, poderá, em decorrência do período chuvoso, o espetáculo ser transferido para a parte interna do Museu de Congonhas, bem como ser agendada nova data para a apresentação do espetáculo musical, desde que acordado entre as partes.

RGRGabriel

2-Objeto da futura contratação:

2.1- Contratação de empresa, através da prestação de serviços, para a apresentação de um espetáculo musical, intitulado: "Benção em Vida", com a cantora "Sílvia Gomes", a ser realizado no dia 13 de novembro de 2024 (quarta-feira), a partir das 19:00 horas, no Anfiteatro do Museu de Congonhas, situado à Alameda Cidade Matosinhos de Portugal, nº 77, Bairro Basílica, Congonhas – MG, dentro do evento denominado: "Quartas Culturais", para atender a FUMCULT.

3-Classificação do Objeto:

3.1-Quanto a natureza:

(X) Bens e serviços comuns

( ) Bens e serviços especiais

3.2-Quanto ao tipo:

(X) Serviço não continuado

( ) Serviço continuado sem DEMO (Dedicação exclusiva de mão de obra)

( ) Serviço continuado com DEMO (Dedicação exclusiva de mão de obra)

( ) Fornecimentos contínuos

4-Valor estimado da contratação: R$12.000,00 (doze mil reais).

5-Forma de Contratação:

5.1-Licitação: Inexigibilidade de Licitação Eletrônica.

(X) Sim

( ) Não

5.2-Contratação Direta:

(X) Sim

( ) Não

5.3-SRP (Sistema de Registro de Preços):

( ) Sim

(X) Não

RGGabriel

6-Prazo de vigência da contratação.

6.1-O contrato terá vigência de 30 (trinta) dias, a partir da data de entrega de sua assinatura.

7-Previsão de data para início da Prestação do serviço e/ou Fornecimento do bem:

7.1-O serviço será prestado, a partir da data de assinatura do contrato e a emissão da Ordem de Serviços.

8-Periodicidade de entrega dos itens e/ou serviço:

(x) Mensal.

( ) Anual.

( ) Outro-

9-Planilhas de quantidades e preço:

QDE	UN	DESCRIÇÃO	VALOR (R$)
01	Serviço	Apresentação de espetáculo musical, para atender a FUMCULT, junto ao Museu de Congonhas, assim discriminados: - valor do show, incluindo o cachê da banda/cantora (com alimentação inclusa): R$9.000,00; - despesa com produtor: R$900,00; - despesa com transporte (van-Mariana-MG/Congonhas-MG/Mariana-MG): R$1.100,00; - despesa com técnico de som/diretor de palco: R1.000,00.	R$12.000,00

10-Dotação Orçamentária:

10.1 - Órgão: 02 – Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo – FUMCULT.
Unidade: 01 – Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo – FUMCULT.
13.391.00478014- Manutenção de Museus e Teatros/Cine Teatro
3.3.90.39.00- Outros serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

11-Contratação Prevista no PCA (Plano de Contratação Anual):

(X) Sim

( ) Não

11.1-A presente contratação encontra respaldo institucional, conforme previsão no item 01, do Plano de Contratações Anual de 2024.

12-Indicação da Equipe de Trabalho Fiscal e Gestor:

12.1- Fiscal Setorial:

Nome – Willian de Assis Gomes Alves.
Cargo – Assessor II.
Matrícula - 20140184.

12.2-Gestor:

Nome – Rosana Oliveira Campos Alvim
Cargo – Chefe de Departamento Operacional da FUMCULT
Matrícula – 20140175.

Congonhas, 06 de novembro de 2024

RCSRGabriel

Rita de Cássia Silva Reis Gabriel

Escrevente Geral

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 008/2024

PROCESSO ADIMINISTRATIVO Nº FUMCULT/0017/2024

Modalidade de Licitação: Inexigibilidade de Licitação

Legislação: Lei Federal Nº 14.133/2021

Elaboração - Embasamento Legal: IN SEGES/ME Nº 81, de 25 de novembro de 2022

Cabimento do Termo de Referência – TR: Decreto Nº 7.726, de 5 de janeiro de 2024.

1-ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

1.1- O objeto do presente termo é a contratação de empresa, através da prestação de serviços para a apresentação de um espetáculo musical,intitulado: "Benção em Vida", com a cantora "Sílvia Gomes", a ser realizado no dia 13 de novembro de 2024 (quarta-feira), a partir das 19:00 horas, no Anfiteatro do Museu de Congonhas, situado à Alameda Cidade Matosinhos de Portugal, nº 77, Bairro Basílica, Congonhas – MG, dentro do evento denominado: "Quartas Culturais", para atender a FUMCULT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2 - O evento supra se encontra incluído nas comemorações da "Semana da Consciência Negra da Cidade de Congonhas - MG".

2-JUSTIFICATIVA:

2.1-A presente prestação de serviços tem por objetivo a apresentação de um espetáculo musical, intitulado: "Benção em Vida", com a cantora "Sílvia Gomes", dentro do evento denominado: "Quartas Culturais", no Anfiteatro do Museu de Congonhas, para atender a FUMCULT.

2.2- Excepcionalmente, poderá, em decorrência do período chuvoso, o espetáculo ser transferido para a parte interna do Museu de Congonhas, bem como ser agendada nova data para a apresentação do espetáculo musical, desde que acordado entre as partes.

2.3- O evento denominado: "Quartas Culturais", idealizado pela FUMCULT já se tornou parte dos eventos culturais da cidade e proporciona momentos em que a comunidade participa intensa e efetivamente. As redes sociais utilizadas pelo Museu de Congonhas tem grande alcance e participação da comunidade e região, sendo que também em contato direto com o público em geral se busca referências de perspectiva ao interesse da plateia quanto às apresentações programadas parem acontecerem no Museu de Congonhas.

2.4-A apresentação do espetáculo musical, intitulado: "Benção em Vida", com a cantora "Sílvia Gomes", junto ao evento denominado: "Quartas Culturais" foi idealizado com o intuito de oferecer ao público um contato mais direto, em momentos intercalados de músicas e de conversas sobre a sua trajetória, contando seus desafios e interagindo totalmente com o público.

2.5- Continuando nessa perspectiva, a proposta é de salientar a identidade do Museu, a arte aliada à educação, à ação cultural, à formação de público, educação patrimonial e à inclusão social. O Museu de Congonhas já tem, tradicionalmente, em sua agenda, as "Quartas Culturais", que tem o objetivo de valorizar a cultura em nossa cidade, com a realização de shows e bate-papos musicais, com compositores, cantores, grupos musicais/bandas e artistas em geral da cultura popular (dança, teatro, música, etc.).

2.6- As Quartas Culturais no Museu de Congonhas já se tornaram uma tradição ao longo dos oito anos da incoação do Museu de Congonhas. Entre shows musicais, espetáculos de dança e apresentações teatrais, várias são as linguagens que construíram essa programação múltipla e plural.

2.7- Os shows e bate-papos musicais fazem parte desta colcha de retalhos e, recebendo artistas de renome nacional, o Museu propõe um dedo de prosa entremeado por música boa, proporcionando uma experiência única para o público e artistas. Um encontro intimista, valorizando a música brasileira e o encontro entre as pessoas.

2.8- O Modernismo Brasileiro propunha a "antropofagia cultural", ou seja, se alimentar de diversas manifestações – sejam elas de qualquer lugar e linguagem – para a partir disso criar algo novo e original. No show "Benção em Vida", Sílvia Gomes celebra o samba em sua essência mais pura. Através de uma performance que mescla dança, lamento e exaltação, a cantora evoca uma conexão com a ancestralidade, transmitindo a resistência e a força das raízes afro-brasileiras.

2.9- Ademais, conforme disposto na Lei Federal Nº 14.133/2021, a realização de eventos custeados com recursos públicos é plenamente justificável nas hipóteses de eventos realizados pelo Município, de incremento de receitas decorrentes de atividades culturais e turísticas ou de interesse público relevante.

2.10- O Município possui todos os instrumentos necessários para fazer valer os direitos de acesso à cultura, pois a Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo – FUMCULT, integrante da Administração Indireta da Prefeitura

Municipal de Congonhas-MG, tem papel fundamental para a construção de ideias e execução de projetos que tenham esse viés cultural.

2.11- Nesse sentido, a programação alusiva ao evento denominado: "Quartas Culturais" segue alinhado às diretrizes da FUMCULT, pois promoverá um conjunto de ações para a democratização da arte e da cultura, incentivo ao intercâmbio cultural, além da movimentação da cadeia produtiva da cultura no alcance local e regional, especialmente no que diz respeito à produção e difusão musical, como forma de gerar desenvolvimento social e econômico de forma sustentável e em consonância à diversidade cultural da população brasileira.

2.12- Em conclusão, se tratando de um evento que promove a atividade cultural do Município, observa-se de pronto, que o contrato administrativo oriundo deste instrumento, está devidamente motivado, bem como indicado a expressa finalidade pública a ser atendida.

3-CRITÉRIO DO REGIME DE EXECUÇÃO:

3.1- O objeto da contratação será executado em regime de empreitada por valor global.

4-VALOR, FORMA DE PAGAMENTO E VALIDADE DA PROPOSTA:

4.1- O valor global a ser pago para a apresentação do espetáculo musical, intitulado: "Benção em Vida", com a cantora "Sílvia Gomes" será de R$12.000,00 (doze mil reais) e será pago em parcela única, logo após a apresentação do espetáculo musical, assim discriminados: - valor do show, incluindo o cachê da Banda/Cantora: R$9.000,00 (com alimentação inclusa); - despesa com produtor: R$900,00; - despesa com transporte (van - Mariana-MG/Congonhas-MG/Mariana-MG: R$1.100,00; - despesa com técnico de som/diretor de palco: R$1.000,00.

4.2- A validade da proposta deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias.

4.3- O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pela fiscalização da FUMCULT, acompanhada da Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e que abranja, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" à "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei Nº 8.212, de 24 de julho de 1991; Prova de Regularidade Relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal; Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual e Certidão Negativa de Débito Trabalhista – CNDT.

4.3.1- A CONTRATADA deverá informar, no momento oportuno, todos os dados bancários para a efetiva realização do depósito bancário.

4.4- Atendendo ao que dispõe a Lei Municipal Nº 2.448/2003, será retido por ocasião do faturamento dos serviços prestados o ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

4.5- A CONTRATADA deverá observar, por ocasião do faturamento dos serviços, ao que dispõe a Instrução Normativa RFB Nº 2107/2022, que altera a Instrução Normativa RFB Nº 971/2009, que dispõe sobre normas gerais de tributação aplicáveis às contribuições sociais destinadas à Previdência Social e a outras entidades ou fundos, administradas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

4.6- Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal/Fatura no momento em que o órgão CONTRATANTE atestar a execução do objeto do contrato.

4.7- A Nota Fiscal/Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da Comprovação de Regularidade Fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao CEIS ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada da Lei Nº 14.133/2021.

4.8- Constatando-se, junto ao CEIS, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, tanto da forma via ofício ou meio eletrônico, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para que regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

4.9- Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual, caso caiba, nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada, à CONTRATADA, a ampla defesa.

4.10- Havendo a efetiva execução do contrato, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, no que couber, caso a CONTRATADA não regularize sua situação fiscal.

4.11- A CONTRATANTE optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

4.12- Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou nos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará detido até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o para o pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

4.13- Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a Ordem Bancária para o pagamento.

5- SUBCONTRATAÇÃO:
5.1- Não será admitida a subcontratação referente ao objeto do processo.

6-RECURSO ORÇAMENTÁRIO:
6.1- A despesa decorrente da contratação do objeto correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02 – Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo – FUMCULT.
Unidade: 01 – Coordenação da Fundação Municipal de Cultura.
Atividade: 13.391.0047.8.014 – Manutenção de Museus e Teatros/Cine Teatro.
Ficha/Despesa: 026.
3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.
000000151 - Bloqueio.

7-LOCAL, FORMA DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO:
7.1- O serviço, objeto desta Inexigibilidade de Licitação, deverá executado especificamente, durante o evento denominado: "Quartas Culturais", a realizar-se no dia 13 de novembro de 2024 (quarta-feira), a partir das 19:00 horas, no Anfiteatro do Museu de Congonhas, situado à Alameda Cidade Matosinhos de Portugal, nº 77, Bairro Basílica, Congonhas – MG.
7.2- O espetáculo musical terá duração de, de aproximadamente, 90 (noventa) minutos.
7.3 – Nos termos do art. 117, da Lei Federal Nº 14.133/2021 e da Instrução Normativa CGE, Nº 002, de 13 de abril de 2022, emitida pela Controladoria Geral do Município de Congonhas – MG, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
7.3.1- A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resulte de imperfeições ou vícios redibitórios (anulatórios), e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei Nº 14.133/2021.
7.4- A fiscalização setorial do contrato ficará a cargo do servidor Willian de Assis Gomes Alves – Assessor II – Matrícula 20140184.
7.5- A gestão do contrato ficará a cargo da servidora Rosana Oliveira Campos Alvim – Chefe de Departamento Operacional da FUMCULT.
7.6- A Administração poderá rejeitar serviços, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações do Termo de Referência e a Proposta Comercial, devendo ser substituídos mediante notificação à CONTRATADA, sob pena de incorrer em processo de Declaração de Idoneidade, além de perdas e danos e demais sanções atinentes e especificadas na Lei Nº 14.133/2021.
7.7- Excepcionalmente, poderá, em decorrência do período chuvoso, o espetáculo ser transferido para a parte interna do Museu de Congonhas, bem como ser agendada nova data para a apresentação do espetáculo musical, desde que acordado entre as partes.

8-CRONOGRAMA E PRAZO DE VIGÊNCIA:
8.1- O espetáculo musical realizar-se-á no dia 13 de novembro de 2024 (quarta-feira), a partir das 19:00 horas, no Anfiteatro do Museu de Congonhas, situado à Alameda Cidade Matosinhos de Portugal, nº 77, Bairro Basílica, Congonhas – MG.
8.2- A apresentação, conforme objeto supra, deverá ser executada de acordo com a solicitação, pelo período de 01 (um) dia.
8.3- O serviço deverá ser executado conforme exigências estabelecidas neste Termo, como dia e horário, podendo ser rejeitado pela CONTRATANTE, quando em desacordo com as especificações.
8.4- O espetáculo musical poderá ser adiado e/ou cancelado por motivos furtuitos que possam vir a ocorrer, como: tempestades que ocasionem queda de barreiras, impedindo a passagem de veículos, calamidade pública, pane em atraso em aeronaves de qualquer tipo, doença nos artistas de qualquer espécie ou mal estar súbito, falta de energia elétrica ou catástrofe de qualquer natureza, interrupção do evento em consequência de perturbação da ordem, desrespeito físico ou moral aos membros e acompanhantes da CONTRATADA.
8.5- Caso ocorra um dos motivos citados no subitem anterior, que impeça a realização do espetáculo musical, as partes, em comum acordo, poderão designar nova data e/ou local para a realização do evento.

9- OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

9.1 – A CONTRATANTE se responsabilizará pelas despesas como iluminação, sonorização, palco e demais equipamentos necessários para a realização do espetáculo musical, bem como as despesas com o ECAD.

9.2- Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas durante a prestação dos serviços, para que sejam corrigidas a tempo.

9.3- Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente à prestação dos serviços, no prazo e formas a serem estabelecidos no contrato original, após a emissão da Nota Fiscal/Fatura.

9.4- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de atos da CONTRATADA, de seus funcionários, prepostos ou subordinados.

9.5- A CONTRATANTE se responsabilizará pela transmissão da apresentação no horário estabelecido para o início do espetáculo musical, caso seja imperioso.

9.6- A CONTRATANTE deverá acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através dos servidores, devidamente designados, a saber: Willian de Assis Gomes Alves e Rosana Oliveira Campos Alvim.

9.6.1- A fiscalização de que trata o subitem supra não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, ainda que resultem de condições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica a responsabilidade da Administração e de seus agentes e prepostos.

9.7- Caberá à CONTRATADA providenciar todas as autorizações necessárias para a realização do espetáculo musical, tais como alvarás e afins, caso sejam necessários.

9.8- A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do serviço, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.9- Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.9.1- A CONTRATANTE terá o prazo de até 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

10.1- A CONTRATADA deverá cumprir todas as obrigações constantes em sua Proposta Comercial e no Contrato, assumindo como exclusivamente os seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

10.2- Prestar os serviços em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e no Contrato.

10.3- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto.

10.4- Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, que antecede à data da prestação dos serviços ou em tempo hábil, os motivos que impossibilitem o cumprimento do espetáculo musical no prazo previsto, com a devida comprovação e/ou justificativa.

10.5- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a apresentação do espetáculo musical.

10.6- Arcar com todas as despesas de alimentação, hospedagem, abastecimento de camarim, carregadores, transporte aéreo e local dos artistas e colaboradores que participarão na execução do evento, despesas tributárias, fiscais, trabalhistas, previdenciárias e outras incidentes ou que venham a incidir, pela prestação dos serviços relativos à apresentação do espetáculo musical.

10.7- Apresentar todos os músicos e técnicos, com todos os instrumentos necessários para o pleno desempenho durante a prestação dos serviços.

10.8- Responsabilizar-se pela instalação dos equipamentos necessários à execução dos serviços.

10.9- Manter a exclusividade quanto à prestação dos serviços, não podendo transferir obrigações a terceiros.

10.10- Fica expressamente vedado o emprego de quaisquer tipos de propaganda por parte da CONTRATADA sem a anuência da CONTRATANTE, sejam estas comerciais, de cunho político, no fundo do palco ou no espaço onde ocorrerá a apresentação do espetáculo musical, sob pena de incorrer multas contratuais.

10.11- Manter preposto aceito pela CONTRATANTE no local da execução do serviço para representa-lo na execução do contrato.

10.11.1- A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

10.12- Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

10.13- Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal e/ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, inciso II, da Lei Nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

10.14- Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o serviço do contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.
10.15- Indicar, a pedido da CONTRATANTE, telefones para contato fora dos horários normais de atendimento, inclusive finais de semana e feriados, para os casos excepcionais que porventura surgirem durante a execução contratual.
10.16- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do serviço, bem como por todo e qualquer dano causado à CONTRATANTE ou terceiros, não reduzindo essa reponsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso prevista, o valor correspondente aos danos sofridos.
10.17- Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos da proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatos futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei Nº 14.133/2021.
10.18- Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
10.19- Cumprir e fazer cumprir todas as normas de segurança e medicina do trabalho emitidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego e outros órgãos competentes.
10.20- Apresentar à CONTRATANTE, a qualquer tempo, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato.

11- PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
11.1- Compete infração administrativa o contratado que cometer quaisquer das condutas previstas no art. 155 da Lei Nº 14.133/2021, quais sejam:
11.1.1- dar causa à inexecução parcial do contrato;
11.1.2- dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à CONTRATANTE, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
11.1.3- dar causa à inexecução total do contrato;
11.1.4- deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
11.1.5- não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
11.1.6- não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
11.1.7- ensejar o retardamento da execução do objeto deste contrato sem motivo justificado;
11.1.8- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
11.1.9- praticar ato fraudulento na execução do contrato;
11.1.10- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
11.1.11- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar a execução do objeto e;
11.1.12- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Nº 12.846/2023.

11.2- Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Termo, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
11.2.1- advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos à CONTRATANTE;
11.2.2- multa moratória de 1% (um por cento) por atraso injustificado, superior a 01 (uma) hora até o máximo de 02 (duas) horas, antes da realização do evento, calculado sobre o valor total do contrato;
11.2.3- multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
11.2.4- no caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
11.2.5- suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
11.2.6- impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, Estados e Municípios, com o consequente descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
11.2.6.1- A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 11.1 deste Termo de Referência;
11.2.7- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.
11.3- As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos ou recolhidos em favor do Município, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

11.4- Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da CONTRATADA, a Administração poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme art. 419 do Código Civil.
11.5- Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
11.6- A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
11.7- Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Nº 12.846/2013, como ato lesivo à Administração Pública Nacional ou Estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração de responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
11.8- A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública Nacional ou Estrangeira nos termos da Lei Nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
11.9- O processo do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública, resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem participação de agente público.
11.10- As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12- DISPOSIÇÃO ANTICORRUPÇÃO:
12.1- "Na forma da Lei Federal Nº 12.846/2013, regulamentada pelo Decreto Municipal Nº 6.826/2019, para a execução do contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este Termo de Referência, devendo garantir, ainda, que seus prepostos gestores, fiscais, servidores públicos e colaboradores ajam da mesma forma e observando sempre a legislação pertinente".

13- DOCUMENTAÇÃO HABILITATÓRIA:
13.1- **Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:**
13.1.1- Contrato Social, com sua última alteração contratual, caso haja, devidamente registrado.
13.1.2- Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
13.1.3- Certificado de Regularidade do FGTS – CRF.
13.1.4- Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
13.1.5- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
13.1.6- Certidão Negativa de Débitos Tributários Estadual.
13.1.7- Certidão Negativa de Débitos Tributários Municipal.
13.1.8- Certidão Cível de Falência e Concordata Negativa.
13.1.9- Controladoria-Geral da União – Certidão Negativa Correcional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM) – Pessoa Jurídica.
13.1.10- Controladoria-Geral da União – Certidão Negativa Correcional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM) – Pessoa Física.
13.1.11- Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – Certidão Negativa – Pessoa Jurídica.
13.1.12- Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – Certidão Negativa – Pessoa Física.
13.2- Declaração, conforme disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal (não possui em seu quatro de pessoal empregados menores de 18 (dezoito) anos.
13.3- Declaração de Exclusividade, caso seja necessário.
13.4- Documentação que comprove o reconhecimento pela crítica nacional, local ou regional, através da apresentação de jornais, revistas, folders, etc.

Congonhas, 06 de novembro de 2024

Priscila Oliveira Magalhães
Supervisor de Área

000036

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

A Diretora-Presidente da Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo – FUMCULT, Lana Mércia Brasil Duarte Dias de Castro, atesta, para os devidos fins e de acordo com suas atribuições legais, que o Termo de Referência, elaborado pela Servidora Efetiva, Priscila Oliveira Magalhães, Supervisora de Área - Setor de Contratos e Licitações, tem a validação e a anuência quanto à sua conclusão.

Congonhas, 06 de novembro de 2024

Lana Mércia Brazil Duarte Dias de Castro
Diretora-Presidente da FUMCULT

FUMCULT
Fundação Municipal de Cultura Lazer e Turismo

FUMCULT RG 111 FOLHA

TERMO DE RATIFICAÇÃO Nº FUMCULT/008/2024

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº FUMCULT/008/2024

Ratifico, na forma do artigo 72, inciso VIII, § único da Lei 14.133/2021, as conclusões do parecer da Procuradoria Jurídica, favorável à inexigibilidade de licitação, de acordo com o artigo 74, inciso II, da mesma Lei, para a contratação da empresa Sílvia Cristina Gomes - MEI., através da prestação de serviços, para a apresentação de um espetáculo musical, intitulado: "Benção em Vida", com a cantora "Sílvia Gomes", a ser realizado no dia 22 de novembro de 2024 (sexta-feira), a partir das 19:00 horas, no Anfiteatro do Museu de Congonhas, situado à Alameda Cidade Matosinhos de Portugal, nº 77, Bairro Basílica, Congonhas – MG, dentro do evento denominado: "Quartas Culturais", para atender a FUMCULT, podendo o Setor de Contratos e Licitações da FUMCULT, celebrar o contrato.

Congonhas, 14 de novembro de 2024

Lana Mércia Brazil Duarte Dias de Castro
Diretora-Presidente da FUMCULT

FUMCULT
Fundação Municipal de Cultura Lazer e Turismo

Ratif.008-24

FUMCULT
Fundação Municipal de Cultura Lazer e Turismo

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

REF.: Inexigibilidade de Licitação Nº FUMCULT/008/2024

Objeto: Contratação de empresa, através da prestação de serviços, para a apresentação de um espetáculo musical, intitulado: "Benção em Vida", com a cantora "Sílvia Gomes", a ser realizado no dia 22 de novembro de 2024 (sexta-feira), a partir das 19:00 horas, no Anfiteatro do Museu de Congonhas, situado à Alameda Cidade Matosinhos de Portugal, nº 77, Bairro Basílica, Congonhas – MG, dentro do evento denominado: "Quartas Culturais", para atender a FUMCULT.

Pelo presente termo adjudicamos o objeto acima epigrafado à empresa Sílvia Cristina Gomes - MEI., inscrita no CNPJ sob o nº 22.682.534/0001-88, sediada à Rua Amarante, nº 61, Bairro São José, Distrito de Cachoeira do Campo - Ouro Preto – MG, Cep.:35409-570, com o valor total de R$12.000,00 (doze mil reais).

Congonhas, 21 de novembro de 2024

Lana Mércia Brazil Duarte Dias de Castro
Diretora-Presidente da FUMCULT

Ratif.008-24

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESPETÁCULO MUSICAL Nº FUMCULT/020/2024

Que entre si firmam a Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo – FUMCULT, CNPJ sob o nº 19.141.308/0001-85, Inscrição Estadual Isenta e Inscrição Municipal nº 2509, sediada na Alameda Cidade Matosinhos de Portugal, 153, Romaria, Bairro Basílica, em Congonhas-MG, Cep.:36414-156, neste ato representada pela Sra. Lana Mércia Brazil Duarte Dias de Castro, viúva, servidora pública municipal, inscrita no CPF sob o nº 025.258.656-50 e Carteira de Identidade nº M-7.989.214-SSP-MG, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, Sílvia Cristina Gomes – MEI., inscrita no CNPJ sob o nº 22.682.534 /0001-88, sediada na Rua Amarante, nº 61, Bairro São José, Distrito de Cachoeira do Campo - Ouro Preto - MG, Cep.:35409-570, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada por sua Proprietária, Sílvia Cristina Gomes, inscrita no CPF sob o nº 977.310.646-20, tendo por objeto e condições o conteúdo das cláusulas seguintes:

1-CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1- Constitui objeto do presente contrato, a contratação da empresa Sílvia Cristina Gomes – MEI., através da prestação de serviços, para a apresentação de um espetáculo musical, intitulado: "Benção em Vida", com a cantora "Sílvia Gomes", a ser realizado no dia 22 de novembro de 2024 (sexta-feira), a partir das 19:00 horas, no Anfiteatro do Museu de Congonhas, situado à Alameda Cidade Matosinhos de Portugal, nº 77, Bairro Basílica, Congonhas – MG, dentro do evento denominado: "Quartas Culturais", para atender a FUMCULT, conforme Justificativa, Proposta Comercial, Documento de Oficialização da Demanda – DOD, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e Documentação, anexos aos processo.

1.2 - O evento supra se encontra incluído nas comemorações da "Semana da Consciência Negra da Cidade de Congonhas - MG".

1.3- Excepcionalmente, poderá, em decorrência do período chuvoso, o espetáculo ser transferido para a parte interna do Museu de Congonhas, bem como ser agendada nova data para a apresentação do espetáculo musical, desde que acordado entre as partes.

1.4- Todo detalhamento do serviço a ser executado está contemplado no Termo de Referência e na Carta Proposta, que colidirem com este Instrumento e devem ser seguidos rigorosamente.

1.5- O espetáculo musical terá duração de, no mínimo, 90 (noventa) minutos, podendo ser ajustada de acordo com a programação da organização do evento.

1.6- O espetáculo musical acontecerá no Anfiteatro do Museu de Congonhas, com a participação do público.

1.7- A receita destinada a esta despesa é proveniente de recursos próprios.

1.7- Os documentos que se encontram anexos ao processo de Inexigibilidade de Licitação são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definir a sua intenção e, desta forma, reger sua execução dentro do mais alto padrão da técnica atual.

2-CLÁUSULA SEGUNDA – DA LICITAÇÃO:

2.1- É inexigível a licitação para a celebração do presente contrato, de acordo com o art. 74, inciso II da Lei Federal Nº 14.133/2021, Inexigibilidade de Licitação nº FUMCULT/008/2024, Processo nº FUMCULT/024/2024 e Processo Administrativo nº FUMCULT/0017/2024

3-CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

3.1- O objeto deste contrato será executado em regime de empreitada por preço global.

4-CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

4.1- O prazo de vigência do presente contrato vigorará por 30 (trinta) dias, contada a partir da data de sua assinatura, concomitante com a emissão da Ordem de Serviços.

4.2 – O espetáculo musical será apresentado no dia 22/11/2024 (sexta-feira).

4.3- O espetáculo musical terá o seu início previsto conforme consta na CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO – Subitem 1.1, deste instrumento.

5-CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR, DA FORMA DE PAGAMENTO E DA VALIDADE DA PROPOSTA:

5.1- O valor global a ser pago para a apresentação do espetáculo musical, intitulado: "Benção em Vida", com a cantora "Sílvia Gomes" será de R$12.000,00 (doze mil reais) e será pago em parcela única, logo após a apresentação do espetáculo musical, assim discriminado:

5.1.1 – Valor do Show, incluindo o cachê da banda/cantora (com alimentação inclusa): R$9.000,00;

5.1.2 – Despesa com Produtor: R$900,00;

5.1.3 – Despesa com Transporte (van - Mariana-MG/Congonhas-MG-Mariana-MG): R$1.100,00;
5.1.4 – Despesa com Técnico de Som/Diretor de Palco: R$1.000,00.

5.2- O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pela fiscalização da FUMCULT, acompanhada da Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União) e que abranja, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" à "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei Nº 8.212, de 24 de julho de 1991; Prova de Regularidade Relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal; Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual e Certidão Negativa de Débito Trabalhista – CNDT.

5.2.1- Os dados bancários para a efetiva realização da liquidação, através de depósito bancário, constantes na Proposta Comercial da empresa, são os seguintes: Razão Social: Sílvia Cristina Gomes- MEI. – CNPJ: 22.682.534/0001-88. Banco NU Pagamentos S.A. Instituição de Pagamento Nº 0260 – Agência:0001- Conta Corrente: 18494399-6 - CAHVE PIX - producaomusical63@gmail.com.

5.3- Atendendo ao que dispõe a Lei Municipal Nº 2.448/2003, será retido por ocasião do faturamento dos serviços prestados o ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

5.4- A CONTRATADA deverá observar, por ocasião do faturamento dos serviços, ao que dispõe a Instrução Normativa RFB Nº 2107/2022, que altera a Instrução Normativa RFB Nº 971/2009, que dispõe sobre normas gerais de tributação aplicáveis às contribuições sociais destinadas à Previdência Social e a outras entidades ou fundos, administradas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

5.5- Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal/Fatura no momento em que o órgão CONTRATANTE atestar a execução do objeto do contrato.

5.6- A Nota Fiscal/Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da Comprovação de Regularidade Fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao CEIS ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada da Lei Nº 14.133/2021.

5.7- Constatando-se, junto ao CEIS, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, tanto da forma via ofício ou meio eletrônico, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para que regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

5.8- Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual, caso caiba, nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada, à CONTRATADA, a ampla defesa.

5.9- Havendo a efetiva execução do contrato, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, no que couber, caso a CONTRATADA não regularize sua situação fiscal.

5.10- A CONTRATANTE optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.11- Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou nos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará detido até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o para o pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.12- Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a Ordem Bancária para o pagamento.

5.13- A validade da proposta deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias.

6-CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

6.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02 – Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo – FUMCULT.
Unidade: 01 – Coordenação da Fundação Municipal de Cultura.
Atividade: 13.391.0047.8.014 – Manutenção de Museus e Teatros/Cine Teatro.
Ficha/Despesa: 026.
3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.
000000151 - Bloqueio.

7-CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES, DAS SANÇÕES E DAS MULTAS ADMINISTRATIVAS:

7.1- Compete infração administrativa o contratado que cometer quaisquer das condutas previstas no art. 155 da Lei Nº 14.133/2021, quais sejam:

7.1.1- dar causa à inexecução parcial do contrato;

7.1.2- dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à CONTRATANTE, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
7.1.3- dar causa à inexecução total do contrato;
7.1.4- deixar de entregar a documentação exigida para o formalização do contrato;
7.1.5- não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
7.1.6- não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
7.1.7- ensejar o retardamento da execução do objeto deste contrato sem motivo justificado;
7.1.8- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
7.1.9- praticar ato fraudulento na execução do contrato;
7.1.10- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
7.1.11- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar a execução do objeto e;
7.1.12- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Nº 12.846/2023.

7.2- Pela inexecução total ou parcial do objeto deste instrumento, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
7.2.1- advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos à CONTRATANTE;
7.2.2- multa moratória de 1% (um por cento) por atraso injustificado, superior a 01 (uma) hora até o máximo de 02 (duas) horas, antes da realização do evento, calculado sobre o valor total do contrato;
7.2.3- multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
7.2.4- no caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
7.2.5- suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
7.2.6- impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, Estados e Municípios, com o consequente descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
7.2.6.1- A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 11.1 deste Termo de Referência;
7.2.7- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.
7.3- As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos ou recolhidos em favor do Município, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.
7.4- Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da CONTRATADA, a Administração poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme art. 419 do Código Civil.
7.5- Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
7.6- A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
7.7- Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Nº 12.846/2013, como ato lesivo à Administração Pública Nacional ou Estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração de responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
7.8- A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública Nacional ou Estrangeira nos termos da Lei Nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
7.9- O processo do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública, resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem participação de agente público.
7.10- As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8-CLÁUSULA OITAVA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:
8.1- O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes compraentes.
8.1.1- O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece

vantagem.

8.1.2- A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pela CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos **2 (dois) meses** de antecedência desse dia.

8.1.3- Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de **2 (dois) meses** da data de aniversário, a extinção contratual correrá após **2 (dois) meses** da data da comunicação.

8.2- O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por alguns dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

8.2.1- Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

8.2.2- A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

8.2.2.1- Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica **CONTRATADA**, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

8.3- O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

8.3.1- Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

8.3.2- Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

8.3.3- Indenizações e multas.

8.4- A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei Nº 14.133/2021).

9-CLÁUSULA NONA – DAS PRERROGATIVAS:

9.1- A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE relativos ao presente Contrato e à rescisão administrativa de que trata o art. 104 da Lei Nº 14.133/2021, bem como as prerrogativas abaixo elencados:

9.1.1- modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA;

9.1.2- extingui-los, unilateralemente, nos casos especificados nesta Lei;

9.1.3- fiscalizar sua execução;

9.1.4- aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

9.1.5- ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao serviço do contrato nas hipóteses de:

9.1.5.1- risco à prestação de serviços essenciais;

9.1.5.2- necessidade de acautelar apuração administrativa de falhas contratuais pela CONTRATADA, inclusive após extinção do contrato.

10-CLÁUSULA DÉCIMA – DA CESSÃO DO CONTRATO:

10.1- O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, ainda que parcial.

11-CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

11.1- A CONTRATADA deverá cumprir todas as obrigações constantes em sua Proposta Comercial e no Contrato, assumindo como exclusivamente os seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

11.2- Prestar os serviços em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e no Contrato.

11.3- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto.

11.4- Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, que antecede à data da prestação dos serviços ou em tempo hábil, os motivos que impossibilitem o cumprimento do espetáculo musical no prazo previsto, com a devida comprovação e/ou justificativa.

11.5- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a apresentação do espetáculo musical.

11.6- Arcar com todas as despesas de alimentação, hospedagem, abastecimento de camarim, carregadores, transporte aéreo e local dos artistas e colaboradores que participarão na execução do evento, despesas tributárias, fiscais, trabalhistas, previdenciárias e outras incidentes ou que venham a incidir, pela prestação dos serviços relativos à apresentação do espetáculo musical.

11.7- Apresentar todos os músicos e técnicos, com todos os instrumentos necessários para o pleno desempenho durante a prestação dos serviços.

11.8- Responsabilizar-se pela instalação dos equipamentos necessários à execução dos serviços.

11.9- Manter a exclusividade quanto à prestação dos serviços, não podendo transferir obrigações a terceiros.

11.10- Fica expressamente vedado o emprego de quaisquer tipos de propaganda por parte da CONTRATADA sem a anuência da CONTRATANTE, sejam estas comerciais, de cunho político, no fundo do palco ou no espaço onde ocorrerá a apresentação do espetáculo musical, sob pena de incorrer multas contratuais.

11.11- Manter preposto aceito pela CONTRATANTE no local da execução do serviço para representa-lo na execução do contrato.

11.11.1- A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

11.12- Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

11.13- Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal e/ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, inciso II, da Lei Nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

11.14- Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o serviço do contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

11.15- Indicar, a pedido da CONTRATANTE, telefones para contato fora dos horários normais de atendimento, inclusive finais de semana e feriados, para os casos excepcionais que porventura surgirem durante a execução contratual.

11.16- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do serviço, bem como por todo e qualquer dano causado à CONTRATANTE ou terceiros, não reduzindo essa reponsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso prevista, o valor correspondente aos danos sofridos.

11.17- Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos da proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatos futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei Nº 14.133/2021.

11.18- Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.19- Cumprir e fazer cumprir todas as normas de segurança e medicina do trabalho emitidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego e outros órgãos competentes.

11.20- Apresentar à CONTRATANTE, a qualquer tempo, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato.

12-CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

12.1 – A CONTRATANTE se responsabilizará pelas despesas como iluminação, sonorização, palco e demais equipamentos necessários para a realização do espetáculo musical, bem como as despesas com o ECAD.

12.2- Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas durante a prestação dos serviços, para que sejam corrigidas a tempo.

12.3- Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente à prestação dos serviços, no prazo e formas a serem estabelecidos no contrato original, após a emissão da Nota Fiscal/Fatura.

12.4- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de atos da CONTRATADA, de seus funcionários, prepostos ou subordinados.

12.5- A CONTRATANTE se responsabilizará pela transmissão da apresentação no horário estabelecido para o início do espetáculo musical, caso seja imperioso.

12.6- A CONTRATANTE deverá acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor devidamente designado, a saber: Willian de Assis Gomes Alves – Assessor II.

12.6.1- A fiscalização de que trata o subitem supra não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, ainda que resultem de condições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica a responsabilidade da Administração e de seus agentes e prepostos.

12.7- Caberá à CONTRATADA providenciar todas as autorizações necessárias para a realização do espetáculo musical, tais como alvarás e afins, caso sejam necessários.

12.8- A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do serviço, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12.9- Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

12.9.1- A CONTRATANTE terá o prazo de até 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

13-CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DA SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO:

13.1- A CONTRATADA se obriga a cumprir todas as normas pertinentes à segurança e medicina do trabalho e às normas ambientais.

14-CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DA EXECUÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO:

14.1- O serviço, objeto desta Inexigibilidade de Licitação, deverá executado especificamente, durante o evento denominado: "Quartas Culturais". a realizar-se no dia 22 de novembro de 2024 (sexta-feira), a partir das 19:00 horas, no Anfiteatro do Museu de Congonhas, situado à Alameda Cidade Matosinhos de Portugal, nº 77, Bairro Basílica, Congonhas – MG.

14.2- O espetáculo musical terá duração de, no mínimo, 90 (noventa) minutos, podendo ser ajustada de acordo com a programação da organização do evento.

14.3 – Nos termos do art. 117, da Lei Federal Nº 14.133/2021 e da Instrução Normativa CGE, Nº 002, de 13 de abril de 2022, emitida pela Controladoria Geral do Município de Congonhas – MG, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

14.3.1- A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resulte de imperfeições ou vícios redibitórios (anulatórios), e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei Nº 14.133/2021.

14.4- A fiscalização setorial do contrato ficará a cargo do servidor Willian de Assis Gomes Alves – Assessor II – Matrícula 20140184.

14.5- A gestão do contrato ficará a cargo da servidora Rosana Oliveira Campos Alvim – Chefe de Departamento Operacional da FUMCULT.

14.6- A Administração poderá rejeitar serviços, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações do Termo de Referência e a Proposta Comercial, devendo ser substituídos mediante notificação à CONTRATADA, sob pena de incorrer em processo de Declaração de Idoneidade, além de perdas e danos e demais sanções atinentes e especificadas na Lei Nº 14.133/2021.

15-CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

15.1- Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência dos fatos estipulados no artigo 124, da Lei Nº 14.133/2021.

15.2- É admissível a alteração subjetiva do contrato proveniente da fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica:

15.2.1- todos os requisitos de habilitação exigidos na formalização do processo;

15.2.2- sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;

15.2.3- não haja prejuízo à execução do serviço pactuado.

15.3- A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4- Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Nº 14.133/2021.

15.5- Os preços incialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado.

16-CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO:

16.1- A CONTRATADA deverá observar que durante toda a vigência do contrato, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, conforme a Lei Nº 14.133/2021.

17-CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA – DAS VEDAÇÕES:

17.1- É vedado à CONTRATADA:

17.1.1- Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

17.1.2- Interromper a execução contratual sob a alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

18-CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA – DA PUBLICIDADE:

18.1- Caberá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais aditivos, no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Diario Oficial Eletrônico do Município de Congonhas – MG, observados os prazos previstos no art. 94 da Lei Nº 14.133/2021.

18.2- As despesas resultantes da publicação deste Contrato e de seus eventuais aditivos, correrão por conta da CONTRATANTE.

19-CLÁUSULA DÉCIMA-NONA – DA PROTEÇÃO DE DADOS:

19.1- É vedado às partes utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do serviço da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

20-CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO:
20.1- A execução do presente contrato e aos casos omissos aplicam-se as disposições contidas na Lei Nº 14.133/2021, bem como os Decretos Federais e Municipais que a regulamentam.

21-CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA – DA DISPOSIÇÃO ANTICORRUPÇÃO:
21.1- "Na forma da Lei Federal Nº 12.846/2013, regulamentada pelo Decreto Municipal Nº 6.826/2019, para a execução do contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este Termo de Referência, devendo garantir, ainda, que seus prepostos gestores, fiscais, servidores públicos e colaboradores ajam da mesma forma e observando sempre a legislação pertinente".

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:
22.1- Após o seu início, o espetáculo musical não poderá ser interrompido sob nenhum pretexto.
22.2- Durante a realização do espetáculo musical, somente deverá permanecer no local da apresentação, os músicos, dançarinos e equipe de apoio, salvo com autorização da CONTRATADA.
22.3- Fica expressamente proibido o espetáculo musical a qualquer vínculo utilizado para finalidades políticas, antes, durante ou após a apresentação da CONTRATADA, salvo com autorização por escrito da mesma.
22.4- O contrato será executado de acordo com a Lei Nº 14.133/2021 e subsidiariamente ao tratamento do Código Civil em vigência.
22.5- Este contrato vincula-se ao Processo de Inexigibilidade de Licitação, com o Termo de Referência, bem como a respectiva Proposta Comercial, nos moldes do que estabelece o art. 92 da Lei Nº 14.133/2021.
22.6- Atribui-se a este contrato, para efeitos fiscais e penais, o valor de R$12.000,00 (doze mil reais).
22.7. Fica eleito o foro da comarca de Congonhas-MG, para dirimir as questões decorrentes do presente contrato.

E estando justas e contratadas, assinam as partes o presente termo, em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Congonhas, 21 de novembro de 2024

Lana Mércia Brazil Duarte Dias de Castro
Diretora-Presidente da FUMCULT

Sílvia Cristina Gomes
Sílvia Cristina Gomes – MEI

TESTEMUNHAS:
1-.....
Nome: Geraldo Sebastião de Andrade
CPF.: 559.636.926-87

2-.....
Nome: Priscila Oliveira Magalhães
CPF.: 080.486.556-67

FUMCULT

Fundação Municipal de Cultura Lazer e Turismo

ORDEM DE SERVIÇOS

A Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo – FUMCULT, inscrita no CNPJ sob o nº 19.141.308/0001-85, Inscrição Estadual Isenta e Inscrição Municipal nº 2509, sediada na Alameda Cidade Matosinhos de Portugal, 153, Romaria, Bairro Basílica, Cep.: Cep.:36414-156, neste ato representada por sua Diretora-Presidente, Sra. Lana Mércia Brazil Duarte Dias de Castro, autoriza a empresa Sílvia Cristina Gomes – MEI., inscrita no CNPJ sob o nº 22.682.534 /0001-88, sediada na Rua Amarante, nº 61, Bairro São José, Distrito de Cachoeira do Campo - Ouro Preto - MG, Cep.:35409-570, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada por sua Proprietária, Sílvia Cristina Gomes, inscrita no CPF sob o nº 977.310.646-20, iniciar os trabalhos, a partir do dia 13/11/2024 (quarta-feira), através da prestação de serviços, para a apresentação de um espetáculo musical, intitulado: "Benção em Vida", com a cantora "Sílvia Gomes", a ser realizado no dia 22 de novembro de 2024 (sexta-feira), a partir das 19:00 horas, no Anfiteatro do Museu de Congonhas, situado à Alameda Cidade Matosinhos de Portugal, nº 77, Bairro Basílica, Congonhas – MG, dentro do evento denominado: "Quartas Culturais", para atender a FUMCULT, conforme Justificativa, Proposta Comercial, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e Documentação, anexos aos processo.

A fiscalização setorial do contrato ficará a cargo do servidor Willian de Assis Gomes Alves – Assessor II – Matrícula 20140184 e a gestão do contrato ficará a cargo da servidora Rosana Oliveira Campos Alvim – Chefe de Departamento Operacional da FUMCULT.

Congonhas, 21 de novembro de 2024

Lana Mércia Brazil Duarte Dias de Castro
Diretora-Presidente da FUMCULT

Alameda Cidade Matosinhos de Portugal, nº. 153 – Basílica – CEP: 36415-000 – Congonhas – MG
CNPJ: 19.141.308/0001-85 – Insc. Estadual: Isenta - Fone: (31) 3731-3314 – Telefax: 3731-1033
E-mail: fumcult@yahoo.com.br